

SAÚDE ■ Fundação Zerbini e Ministério Público fecham acordo

Incor fica no DF, mas transplante de fígado só por ordem judicial

O Ministério Público do DF e a Fundação Zerbini, entidade que administra o Instituto do Coração (Incor), fecharam acordo sobre o funcionamento do hospital. O Incor atenderá todos os pacientes até o dia 31 de março do ano que vem. A fundação aguarda, ainda, a decisão da Secretaria de Saúde (SES) acerca do pedido de credenciamento para realização dos transplantes de fígado.

O promotor de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários de Serviços de Saúde (Provida), Diaulas Ribeiro, garante que transplantes de fígado e coração serão realizados até o prazo estipulado no pacto.

— Nós atingimos o nosso objetivo. Enquanto não encontrarmos outra saída, esses procedimentos terão de ser feitos no Incor. Não podemos fechar a única porta de entrada aos pacientes — ressaltou.

O diretor-executivo do Incor, Pedro Nístico, disse, porém, que os transplantes de fígado só serão feitos mediante ordem judicial. Ele explica que não pode realizar as cirurgias por conta de uma determinação do Ministério da Defesa. O órgão é responsável pelas instalações do Hospital das Forças Armadas (HFA), onde está o Incor. A impossibilidade de realizar esse procedimento já estava prevista em contrato, mas Nístico esclarece que a administração do instituto não percebeu o detalhe.

Até receber a notificação do Ministério da Defesa, o Incor

realizou apenas um transplante de fígado com sucesso. O hospital atendeu este ano cerca de 11 mil pacientes. Atualmente, tem agendadas 50 cirurgias pediátricas e 70 cirurgias de adultos.

— O próprio nome já diz: trabalhamos com cardiologia. Não temos condições de manter as duas especialidades. Tenho quatro cirurgiões e estamos atendendo na capacidade máxima, de 70 procedimentos por mês — completou Nístico.

Segundo o diretor, o Incor passou a ter situação financeira estabilizada a partir de julho deste ano. Ele acredita, no entanto, que o instituto está fadado a ter problemas com dinheiro.

— Cerca de 70% dos nossos atendimentos são pelo SUS (Sistema Único de Saúde). E a gente recebe R\$ 7,50 por consulta. Desse jeito a coisa não vai para frente — ressaltou.

O acordo com o MP aponta também a não concessão de avisos prévios aos 500 funcionários do Incor.

— A minha luta é para manter o mesmo corpo clínico, ainda que com outra administração — disse o promotor Ribeiro.

A Universidade Católica de Brasília (UCB) se candidatou para administrar o instituto no lugar da Fundação Zerbini. A proposta foi encaminhada à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e aos ministérios da Saúde e da Defesa, mas até agora, nada foi decidido.